

RELATÓRIO ANUAL 2017



ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA	4
NOSSA GOVERNANÇA	5
RECKITTPREV EM NÚMEROS	6
EDUCAÇÃO FINANCEIRA	8
GLOSSÁRIO.	9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	16
PARECER ATUARIAL.	20
RESUMO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO	32
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	39
ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO	45
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	46
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA	58
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL	60
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO	61



MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Apresentamos o Relatório Anual 2017 Reckittprev. Nele, você encontrará informações importantes sobre o seu Plano de Previdência, bem como sobre o trabalho desenvolvido pela Entidade no ano que passou.

As projeções indicavam uma maior retomada de crescimento do país, em 2017, mas a falta de estabilidade da esfera política federal teve reflexos no setor econômico. Muitas reformas necessárias para sinalizar aos investidores que abria-se um novo tempo na economia brasileira foram postergadas. Entre elas, a Reforma da Previdência, de importância vital para o equilíbrio das contas do Governo Federal.

Apesar da turbulência na área política, e da falta de reformas mais consistentes, a economia deu mostras de que vai recuperar-se, mesmo que mais lentamente. Neste cenário, chegamos ao final de 2017 com bons resultados.

Sabemos que os desafios serão muitos em 2018, mas estamos prontos para encará-los, guiados sempre pela relação de confiança que temos com nossos Participantes e reforçando nosso compromisso de apoiá-lo na construção do seu futuro.

O trabalho desenvolvido pela Reckittprev segue as melhores práticas de governança corporativa e preza pela excelência e transparência de gestão. Atentos as práticas de mercado, estamos sempre em busca dos melhores resultados em investimentos para garantir qualidade de vida no seu futuro.

Este relatório foi elaborado para você. Boa leitura!

A DIRETORIA

NOSSA GOVERNANÇA

DIRETORES

Carlos José dos Santos

Diretor Superintendente

Rosa Hermínia Storoli dos Santos

Diretora Executiva

Rodrigo Iwanicki

Diretor

Marcos Antonio Domingues

Diretor



CONSELHO DELIBERATIVO

EFETIVOS

Ronei Gomes

Ricardo Mueller

Priscila Onha Cruz

Representante dos Participantes e Assistidos

SUPLENTES

Alvaro Cantilho

Mauricio Utiyama

Eduardo Gomes Braga de Magalhães

Representante dos Participantes e Assistidos

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS

Ricardo Caroprali Campos

Luiz Fernando Barreto Conceição

Leandro de Andrade Couto

Representante dos Participantes e Assistidos

SUPLENTES

José Antônio Martins Caires

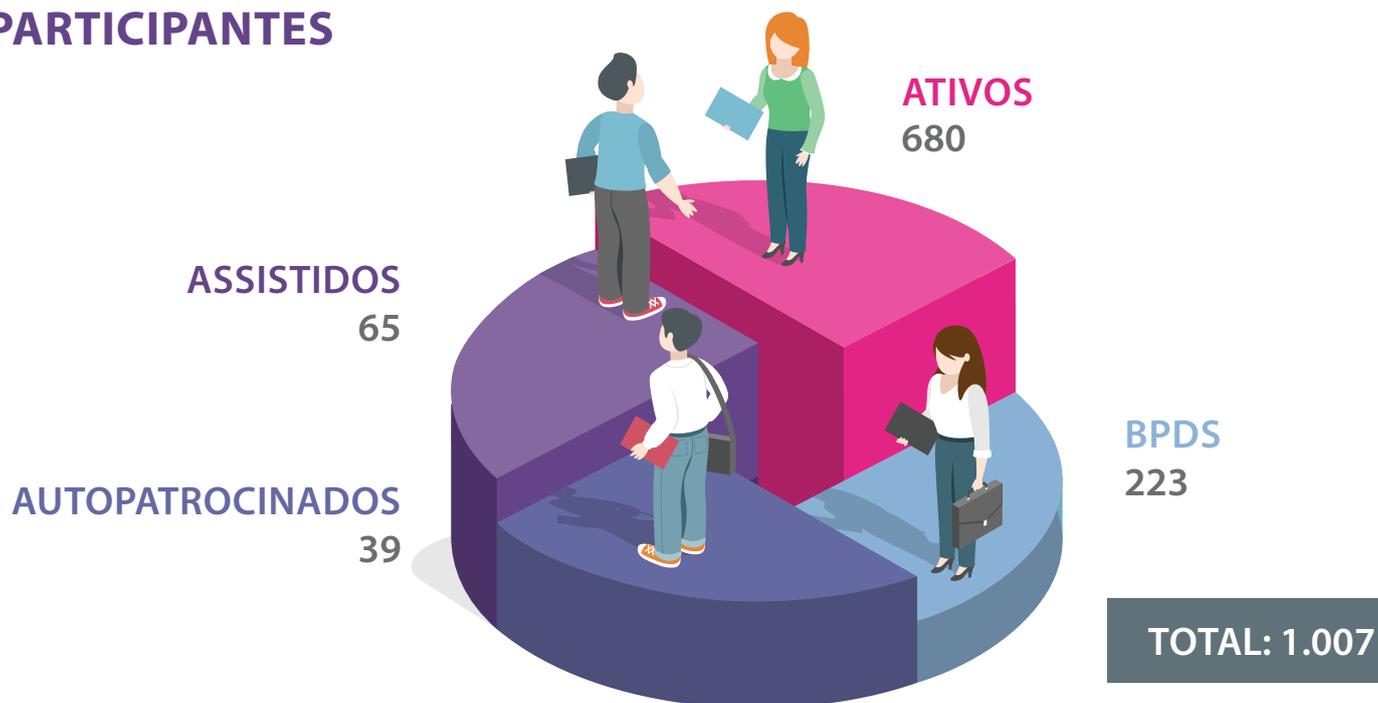
Edson Aluisio da Silva

Representante dos Participantes e Assistidos

Marcelo de Souza Cardozo

RECKITTPREV EM NÚMEROS

PARTICIPANTES



PATRIMÔNIO

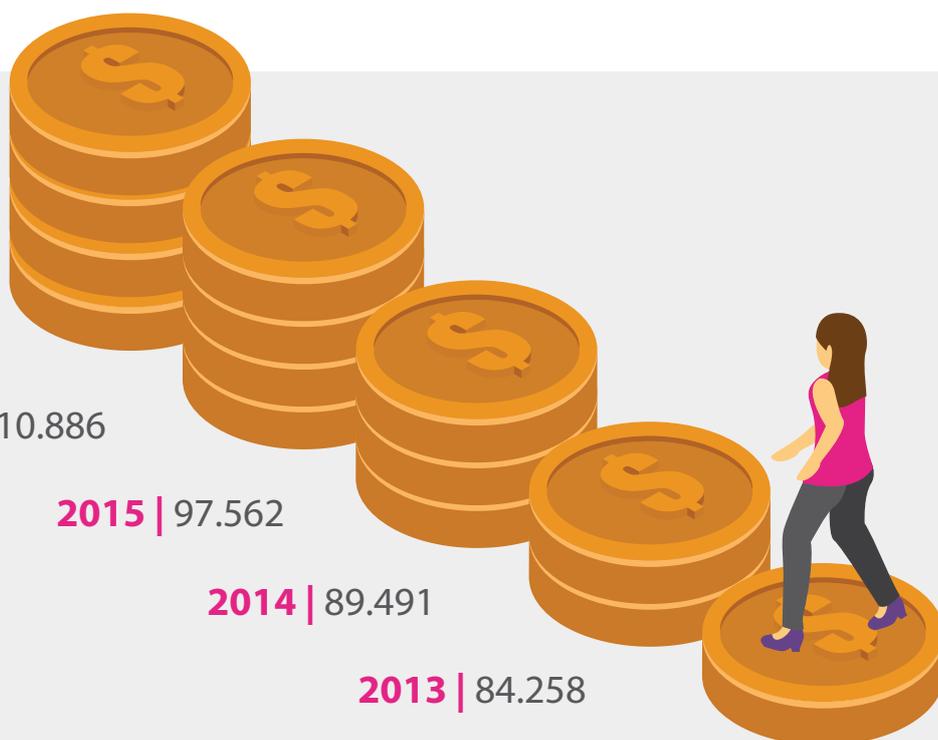
2017 | 123.415

2016 | 110.886

2015 | 97.562

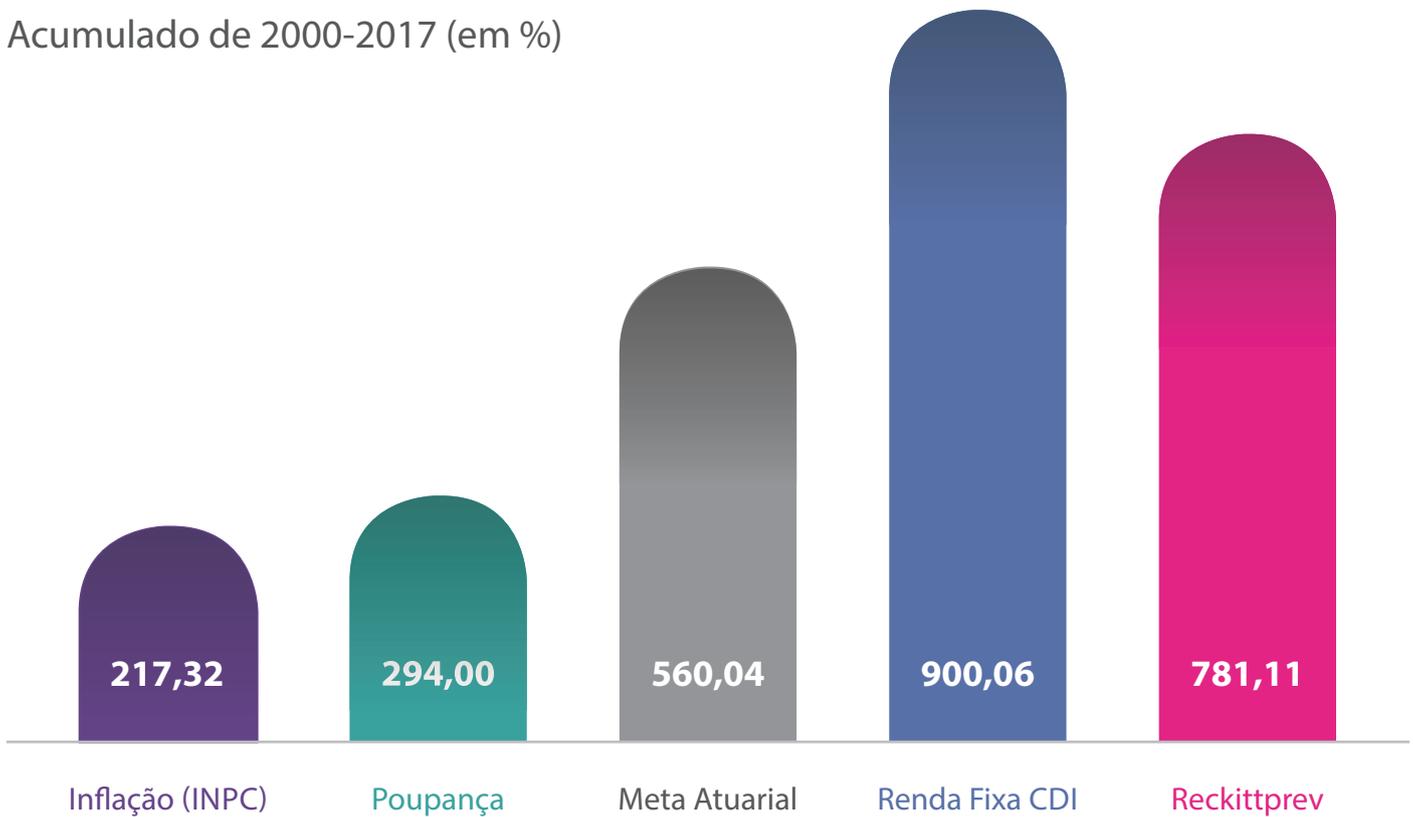
2014 | 89.491

2013 | 84.258



RENTABILIDADE LONGO PRAZO

Acumulado de 2000-2017 (em %)



SUAS EMOÇÕES AFETAM O SEU BOLSO!



Nossas emoções afetam a forma como lidamos com o dinheiro. Existe uma área da Psicologia que estuda este assunto, chamada de Psicologia Econômica.

Compreender como nossa cabeça funciona ajuda a driblar algumas situações e garantir melhores resultados, tanto na hora de investir quanto de gastar dinheiro.

EMOÇÕES X INVESTIMENTOS

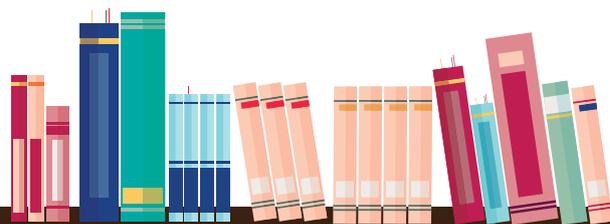
- **Investidor excessivamente confiante:** tende a tomar decisões precipitadas pelo fato de estar sob a ilusão de ter todo o conhecimento necessário e poder controlar a situação. São investidores que negociam frequentemente suas aplicações e estão mais propensos a correr riscos.
- **Apego:** alguns investidores se apegam a um tipo de aplicação e, não conseguem avaliá-la de forma objetiva, enfatizando apenas o lado bom da opção, ignorando suas desvantagens. Vejamos um exemplo: É o caso de uma casa que está na família há algumas gerações. Vendê-la se torna uma alternativa fora de questão, mesmo que, financeiramente, represente um excelente negócio.
- **Dificuldade de mudança:** o investidor deve ser consistente com a estratégia que definiu. Isso

não significa, continuar nessa trajetória pelo resto da vida! É importante rever, sua decisão de investimento, de tempos em tempos.

EMOÇÕES X CONSUMO:

- **Compras para relaxar:** na hora da tensão por conta do trabalho, desapontamento ou tristeza em alguma ocasião, é normal buscar alguma compensação nas “comprinhas”. Fique atento! As compras podem gerar, ao longo do tempo, o consumo compulsivo, ligado geralmente às sensações de frustração, carência, insatisfação, e solidão.
- **Efeito manada:** você passa por uma loja e vê que está com uma promoção incrível de calças jeans, pela metade do preço. Empolgado, mesmo sem precisar, acaba comprando. Cuidado! Temos mania de tomar decisões baseadas no comportamento das outras pessoas.

GLOSSÁRIO



BALANÇO PATRIMONIAL

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conjunto de relatórios emitidos anualmente pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). São compostas do Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social Consolidada, Demonstração do Ativo Líquido, Demonstrações das Provisões Técnicas, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e as respectivas Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – DPT

Demonstração obrigatória que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DAL

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (fundo administrativo e fundo dos investimentos).

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas adminis-

trativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

DESPESA ADMINISTRATIVA

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

NOTAS EXPLICATIVAS

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

PARECER ATUARIAL

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data. O atuário expressa seus comentários técnicos a respeito dos métodos, hipóteses, dados e resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios. Além disso, faz recomendações expressas conclusões sobre a situação do Plano ou qualquer outro assunto inerente à sua competência.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela Entidade, em consonância com o disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

Ativo	2017	2016
Disponível	21	283
Realizável	123.415	110.961
Gestão Previdencial	442	394
Gestão Administrativa	67	59
Investimentos	122.906	110.508
Títulos Públicos	22.955	23.629
Fundos de Investimentos	99.951	86.879
Total do ativo	123.436	111.244
Passivo	2017	2016
Exigível operacional	171	358
Gestão Previdencial	129	298
Gestão Administrativa	39	56
Investimentos	3	4
Patrimônio social	123.265	110.886
Patrimônio de Cobertura do Plano	118.683	105.368
Provisões Matemáticas	106.786	94.438
Benefícios Concedidos	32.730	31.314
Benefícios a Conceder	74.056	63.124
Equilíbrio Técnico	11.897	10.930
Resultados Realizados	11.897	10.930
Superávit Técnico Acumulado	11.897	10.930
Fundos	4.582	5.518
Fundos Previdenciais	3.815	4.937
Fundos Administrativos	767	581
Total do passivo	123.436	111.244

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	2017	2016	Variação
1. Ativos	123.398	111.188	10,98%
Disponível	22	283	-92,23%
Recebível	1.209	975	24,00%
Investimento	122.167	109.930	11,13%
Títulos Públicos	22.955	23.629	-2,85%
Fundos de investimento	99.212	86.301	14,96%
2. Obrigações	133	302	-55,96%
Operacional	133	302	-55,96%
3. Fundos não previdenciais	767	581	32,01%
Fundos administrativos	767	581	32,01%
4. Resultados a realizar			
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	122.498	110.305	11,05%
Provisões matemáticas	106.786	94.438	13,08%
Superávit técnico	11.897	10.930	8,85%
Fundos previdenciais	3.815	4.937	-22,73%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.014	10.930	19,07%
a) Equilíbrio Técnico	11.897	10.930	8,85%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	1.117	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	13.014	10.930	19,07%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	2017	2016	Variação
A) Ativo líquido – início do exercício	110.305	97.225	13,45%
1. Adições	21.109	21.632	-2,42%
(+) Contribuições	7.919	7.206	9,89%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	13.190	14.426	-8,57%
2. Destinações	(8.916)	(8.552)	4,26%
(-) Benefícios	(8.055)	(7.812)	3,11%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(4)	(9)	-55,56%
(-) Custeio administrativo	(857)	(731)	17,24%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	12.193	13.080	-6,78%
(+) Provisões matemáticas	12.348	10.990	12,36%
(+/-) Fundos previdenciais	(1.122)	(182)	516,48%
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	967	2.272	-57,44%
B) Ativo líquido – final do exercício (A+3)	122.498	110.305	11,05%
C) Fundos não previdenciais	767	581	32,01%
(+) Fundos administrativos	186	244	-23,77%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

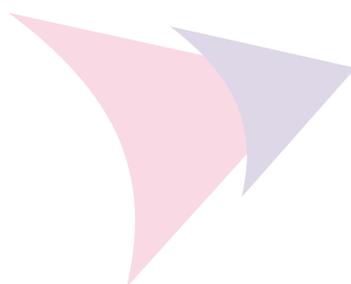


DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Varição</u>
A) Patrimônio social – início do exercício	110.886	97.562	13,66%
1. Adições	21.535	22.021	-2,21%
(+) Contribuições previdenciais	7.062	6.475	9,07%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	13.190	14.426	-8,57%
(+) Receitas administrativas	1.217	1.058	15,03%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	66	62	6,45%
2. Destinações	(9.156)	(8.697)	5,28%
(-) Benefícios	(8.055)	(7.812)	3,11%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(4)	(9)	-55,56%
(-) Despesas administrativas	(1.097)	(876)	25,23%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	12.379	13.324	-7,09%
(+) Provisões matemáticas	12.348	10.990	12,36%
(+) Superavit/déficit técnico	967	2.272	-57,44%
(-) Fundos previdenciais	(1.122)	(182)	516,48%
(+) Fundos administrativos	186	244	-23,77%
B) Patrimônio social – final do exercício (A+3)	123.265	110.886	11,16%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	2017	2016	Variação
A) Fundo administrativo do exercício anterior	581	337	72,40%
1. Custeio da gestão administrativa	1.283	1.120	14,55%
1.1. Receitas	1.283	1.120	14,55%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	857	731	17,24%
Custeio administrativo dos investimentos	360	327	10,09%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	66	62	6,45%
2. Despesas administrativas	1.097	876	25,23%
2.1. Administração previdencial	737	548	34,49%
Pessoal e Encargos	225	136	65,44%
Treinamentos/congressos e seminários	9	9	-
Viagens e estadias	-	2	-100%
Serviços de terceiros	381	314	21,34%
Despesas gerais	48	31	54,84%
Tributos	74	56	32,14%
2.2. Administração dos investimentos	360	328	9,76%
Serviços de terceiros	359	328	9,45%
Despesas gerais	1	-	-
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	186	244	-23,77%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	186	244	-23,77%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	767	581	32,01%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO DE BENEFÍCIOS II

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

	2017	2016	
Provisões técnicas (1+2+3+4)	122.630	110.607	10,87%
1. Provisões matemáticas	106.786	94.438	13,08%
1.1 Benefícios concedidos	32.730	31.314	4,52%
Contribuição Definida	5.962	4.879	22,20%
Benefício definido	26.768	26.435	1,26%
1.2 Benefícios a conceder	74.056	63.124	17,32%
Contribuição Definida	72.723	61.688	17,89%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	36.604	30.624	19,53%
Saldo de Contas – parcela participantes	36.119	31.064	16,27%
Benefício definido	1.333	1.436	-7,17%
2. Equilíbrio técnico	11.897	10.930	8,85%
2.1 Resultados realizados	11.897	10.930	8,85%
Superávit técnico acumulado	11.897	10.930	8,85%
Reserva de contingência	5.131	5.011	2,39%
Reserva para revisão de plano	6.766	5.919	14,31%
3. Fundos	3.815	4.937	-22,77%
3.1 Fundo Previdencial	3.815	4.937	-22,77%
4. Exigível operacional	132	302	-56,29%
4.1 Gestão previdencial	129	298	-56,71%
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	3	4	-25,00%

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações do Plano de Benefícios II, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, do exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RECKITTPREV – RECKITT BENCKISER SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA, em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.



3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da RECKITTPREV é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório Anual e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são os órgãos estatutários com responsabilidades pela elaboração, supervisão e aprovação das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade bem como da perenidade de seu plano. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à liquidação do plano e/ou a descontinuidade dos negócios da Sociedade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

RELATÓRIO ANUAL 2017

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de março de 2018.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes
CRCMG – 757

Fernando Campos Motta

Contador CRC-SP 1MG-091109

Ivo de Almeida Motta

Contador CRC-SP 1MG-038018



PARECER ATUARIAL

1

INTRODUÇÃO

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios II (CNPB nº 1999.0039-18), administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária (CNPJ nº 57.756.371/0001-15), apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano referente à Patrocinadora Reckitt Benckiser (Brasil) Ltda. em 31 de dezembro de 2017.

2

PERFIL DOS PARTICIPANTES

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Autopatrocinados, aguardando Benefício Proporcional Diferido, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 31/08/2017.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

RELATÓRIO ANUAL 2017

PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	
Número	680
Idade Média (anos)	39,1
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	9,2
Tempo Médio de Contribuição (anos)	9,0
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	20,9
Salário Mensal Médio (R\$)	7.994
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	65.231.149

PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	
Número	39
Idade Média (anos)	41,4
Tempo Médio de Serviço na Patrocinadora (anos)	5,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	10,7
Tempo Médio para a Aposentadoria (anos)	18,7
Salário Mensal Médio (R\$)	16.084
Folha Anual de Salários (R\$) – (12x)	7.527.176

PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	
Número	223
Idade Média (anos)	39,2
Benefício Mensal Médio (R\$)*	N/A

* O valor do benefício do Participante que optou pelo BPD será determinado na data de sua concessão.

PARTICIPANTES ASSISTIDOS E BENEFICIÁRIOS

DESCRIÇÃO	
Aposentados	
Número	54
Idade Média (anos)	68,4
Benefício Mensal Médio (R\$)	4.483
Beneficiários	
Número	11
Idade Média (anos)	82,2
Benefício Mensal Médio (R\$)	3.261
Total	
Número	65
Idade Média (anos)	70,8
Benefício Mensal Médio (R\$)	4.276

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/08/2017. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2017, refletindo o conceito de capacidade.

3

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

RELATÓRIO ANUAL 2017

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	4,43% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾⁽²⁾	3,00% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0,00%
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Baseada na idade do participante: (2 / idade do participante) – 0,04 x 400%
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 Suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 modificada
Entrada em Aposentadoria	100% na elegibilidade à Aposentadoria Normal

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

⁽²⁾ A hipótese de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

⁽³⁾ A hipótese de rotatividade foi definida com base na expectativa futura da patrocinadora sobre desligamentos de participantes do Plano.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se ao Benefício Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e Rendas Vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados, na data desta avaliação. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa das Provisões Matemáticas de Benefício Definido do Plano (cerca de 46% das Provisões Matemáticas de Benefício Definido a Conceder em 31/12/2017).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos concentram-se na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da Previc.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do plano de benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,43%.

Conforme Portaria nº 375 de 17/04/2017, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2016 de 8,00 anos é de 4,39% a.a. a 6,67% a.a.. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,55% a.a. para 4,43% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,43% atende ao disposto na legislação vigente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017.

A alteração da taxa de juros de 5,55% a.a. para 4,43% a.a. resultou em um aumento na ordem de 10,3% (ou aproximadamente R\$ 2,6 milhões, em termos nominais) nas provisões matemáticas totais de benefício definido do Plano.

Informamos que, excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi a Capitalização Individual para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto o Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte do Participante Ativo, que foram avaliados pelo método Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

* * * *

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios II.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4

POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2017 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária posicionados em 31/12/2017.

	NOME	R \$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	123.265.212,85
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	118.682.831,15
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	106.786.469,49
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	32.730.143,68
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	5.962.288,68
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	5.962.288,68
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	26.767.855,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	22.556.697,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.211.158,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	74.056.325,81
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	72.723.448,81
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	36.604.654,97
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	36.118.793,84
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.332.877,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.332.877,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-

NOME		R \$
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	11.896.361,66
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	11.896.361,66
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	11.896.361,66
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	5.131.193,66
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	6.765.168,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	4.582.381,70
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	3.815.215,92
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	1.291.433,53
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	2.523.782,39
2.3.2.1.02.00.03	- Parcela de Participantes Ativos destinada em 2015	915.787,63
2.3.2.1.02.00.04	- Parcela de Patrocinadora destinada em 2015	1.264.526,60
2.3.2.1.02.00.05	- Parcela de Participantes Assistidos destinada em 2015	343.468,16
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	767.165,78
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Benefícios II vigente em 31 de dezembro de 2017, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Benefícios II no exercício de 2017.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos).

RELATÓRIO ANUAL 2017

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes ao Benefício Mínimo e as garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios II avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária.

Informamos que o Plano de Benefícios II mantém em seu ativo líquido títulos mantidos até o vencimento, e que foram efetuados estudos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária relativos à sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano. Informamos, ainda, que o ajuste de precificação referido na Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, relativamente aos resultados referentes ao exercício de 2017, é de R\$ 1.116.967,72 (ajuste positivo).

VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Houve redução na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve às saídas ocorridas durante o ano relativas a participantes elegíveis a garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte e a ganhos decorrentes do crescimento salarial abaixo do esperado.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

Conta	A - Evolução Teórica	B - Recálculo com hipóteses de 31/12/2016	Variação (B/A-1)	C - Recálculo com hipóteses de 31/12/2017	Variação (C/B-1)
Provisões Matemáticas	104.347.127,37	104.162.164,49	0%	106.786.469,49	3%
Benefícios Concedidos	30.078.221,83	30.604.430,68	2%	32.730.143,68	7%
Contribuição Definida	5.962.288,68	5.962.288,68	0%	5.962.288,68	0%
Benefício Definido	24.115.933,15	24.642.142,00	2%	26.767.855,00	9%
Benefícios a Conceder	74.268.905,54	73.557.733,81	-1%	74.056.325,81	1%
Contribuição Definida	72.723.448,81	72.723.448,81	0%	72.723.448,81	0%
Benefício Definido	1.545.456,73	834.285,00	-46%	1.332.877,00	60%

VARIAÇÃO DO RESULTADO

Apesar da perda decorrente da redução da taxa real de juros, a situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar superior ao resultado obtido em 2017, devido à redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente, e principalmente em função da rentabilidade de 12,96% ter sido superior à meta atuarial de 7,73%.

NATUREZA DO RESULTADO

O superávit apresentado em 31/12/2017 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto no Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26/2008, considerando a seguinte fórmula: $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 8,26 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2017.

O excesso do Superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Esclarecemos que de acordo com o item 7.3 do Regulamento do Plano de Benefícios II, o Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com as contribuições da Patrocinadora às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano. Este fundo poderá ser utilizado pela Patrocinadora para financiar as contribuições devidas no exercício de 2018, de acordo com as regras estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, conforme previsto no Regulamento, inclusive as relacionadas ao custeio administrativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão de Plano, constituídos com os recursos provenientes da destinação da Reserva Especial para Revisão de Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2018, sem que haja impacto no equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

5

PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos relativos ao Benefício Mínimo e às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores.

Por se tratar de Plano constituído na modalidade Contribuição Variável, cujos compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido encontram-se integralizados, o custo do Plano será majoritariamente estabelecido com base no nível de adesão dos participantes e no somatório das contribuições individuais resultantes da aplicação dos dispositivos regulamentares.

A seguir, apresentamos os custos segregados entre os diferentes tipos de coberturas:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2017
Normal		
Aposentadorias (Parcela CD)	7,78%	5.075.812
Outros Benefícios (Benefícios de Risco – Parcela BD)	-	-
Total Custo Normal	7,78%	5.075.812
Administrativo	1,22%	796.640
Custo Total	9,00%	5.872.452
Folha Anual de Salário de Participação dos Ativos – 12x		65.231.149

As reservas destinadas aos compromissos relativos à parcela de Benefício Definido do Plano encontram-se integralizadas em 31/12/2017, razão pela qual não há previsão de aportes para a cobertura deste compromisso.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais estimados em 31/12/2017. Ressaltamos que durante o ano de 2018, os valores de contribuição em reais poderão apresentar variações em função de aumento ou redução da folha de participação.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Relativamente ao custeio da parcela de Benefício Definido, pelo método Agregado há uma expectativa de custos estáveis, uma vez que o custo é determinado já considerando a hipótese de crescimento salarial e que todos os compromissos futuros já são considerados na determinação do custo.

Não houve alteração nos custos projetados para o exercício de 2018, quando comparados aos projetados para o exercício de 2017 permanecendo no mesmo percentual da folha dos salários de participação.

A variação observada no custeio da parcela de Contribuição Definida reflete o nível de participação ao Plano e decorre da aplicação dos dispositivos regulamentares do Plano.

CONTRIBUIÇÕES

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, a Patrocinadora e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefícios II com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

A Patrocinadora deverá efetuar contribuições de acordo com o Capítulo VI do Regulamento do Plano, além das seguintes contribuições:

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM R\$ DE 31/12/2017
<i>Normal</i>		
Contribuição para Benefícios de Risco	-	-
Contribuição para cobertura das despesas administrativas	1,22%	796.640

As contribuições totais da Patrocinadora equivalem à taxa média estimada em 6,41% da folha de salário de participação, ou R\$ 4.180.514, em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

A diferença entre o custo e os valores de contribuição da Patrocinadora poderá ser coberta por meio da utilização do Fundo Previdencial de Revisão do Plano - Patrocinador.

De acordo com a deliberação do Conselho Deliberativo, conforme prevê item 7.3 do Regulamento do Plano, o Fundo Previdencial – Reversão por Exigência Regulamentar poderá financiar parte das contribuições devidas pela Patrocinadora, no exercício de 2018.

Participantes Ativos

Os Participantes ativos deverão efetuar contribuições de acordo com o item 6.1 do Regulamento do Plano, equivalente à taxa média estimada em 2,59% do salário, ou R\$ 1.691.937, em moeda de 31/12/2017, tendo como base a contribuição efetivamente praticada na data da avaliação.

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, caso não tivesse ocorrido o término do vínculo empregatício, destinadas ao custeio de seus benefícios, acrescidas da taxa de administração correspondente a 1,22% do salário da data de desligamento devidamente atualizado limitado a 35% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os participantes vinculados aguardando o BPD deverão efetuar contribuição anual para cobertura das despesas administrativas de 50% da Unidade Reckitt de Contribuição – URC.

VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2018.

6

CONCLUSÃO

Certificamos que o Plano de Benefícios II, administrado pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, está superavitário em 31/12/2017. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente. O valor do superávit excedente a Reserva de Contingência foi contabilizado na Reserva Especial para Revisão de Plano. A Reserva Especial para Revisão do Plano não será utilizada neste exercício, tendo em vista que não apresenta valor em 3 anos consecutivos.

São Paulo, 09 de março de 2018.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Rafael Matsunaga - MIBA nº 2.533

Henrique Costa Sousa - MIBA nº 2.708

RESUMO DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

(em milhares de reais)

Segmentos	DEZEMBRO/2017	%	DEZEMBRO/2016	%
Renda Fixa	111.043	90,33%	101.359	91,49%
Renda Variável	5.953	4,84%	4.684	4,23%
Estruturados	3.527	2,87%	3.125	2,82%
Exterior	2.408	1,96%	1.620	1,46%
Total	122.931	100,00%	110.788	100,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE BENEFÍCIO DA ENTIDADE

(em milhares de reais)

Segmentos	DEZEMBRO/2017	%	DEZEMBRO/2016	%
Renda Fixa	110.304	90,27%	100.781	91,44%
Renda Variável	5.953	4,87%	4.684	4,25%
Estruturados	3.527	2,89%	3.125	2,84%
Exterior	2.408	1,97%	1.620	1,47%
Total	122.192	100,00%	110.210	100,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE

(em milhares de reais)

Segmentos	DEZEMBRO/2017	%	DEZEMBRO/2016	%
Renda Fixa	739	100,00%	578	100,00%
Renda Variável	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-
Total	739	100,00%	578	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - PLANO DE BENEFÍCIOS II

(em milhares de reais)

Entidade: 878-RECKITTPREV

Plano de Benefícios: 1999003918-PLANO DE BENEFÍCIOS II

Data de Geração: 09/02/2018 11:38:00

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	122.185.294,00
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	122.185.293,98
Diferença:	0,02
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	22.974.004,42
Depósitos:	21.630,20
Títulos Públicos:	22.954.918,85
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-2.544,63
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	99.211.289,56
05.092.264/0001-36	5.952.800,16
05.092.294/0001-42	662.146,24
07.672.392/0001-84	2.226.558,76
07.892.298/0001-30	6.075.716,34
07.894.727/0001-09	12.174.256,19
07.895.034/0001-30	9.923.366,35
07.895.082/0001-29	822.372,29
07.895.087/0001-51	1.151.005,82
09.087.314/0001-48	960.730,89
09.087.708/0001-04	27.056.762,88
12.029.811/0001-02	3.452.155,71
15.477.891/0001-49	16.583.312,94
15.477.891/0001-49	6.892.948,18
23.872.691/0001-19	194.725,78
23.872.753/0001-92	134.373,27
23.872.928/0001-61	126.619,79
23.872.937/0001-52	265.425,33
22.282.992/0001-20	1.300.306,48
22.773.440/0001-14	301.273,65
19.831.126/0001-36	2.408.327,14
26.370.009/0001-88	210.558,99
26.370.039/0001-94	335.546,27

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(em milhares de reais)

Entidade: 878-RECKITTPREV

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 09/02/2018 11:31:55

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	739.464,55
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	739.464,55
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	0,00
Depósitos:	0,00
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	739.464,54
15.477.891/0001-49	739.464,54

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DA ENTIDADE POR SEGMENTO

(em milhares de reais)

Segmentos	2017
Renda Fixa - PGA	9,99%
Benchmark ² : 100,00% SELIC	9,94%
Renda Fixa - Plano de Benefícios	0,85%
Benchmark ² : 30,00% (INPC + 6%a.a.) + 56,00% (SELIC) + 10,50% (IMA-B) + 3,50% (IRFM)	0,71%
Renda Variável - Plano de Benefícios	25,35%
Benchmark ² : 100,00% IBrX-100	27,55%
Estruturados - Plano de Benefícios	8,66%
Benchmark ² : 100,00% (INPC + 6%a.a.)	8,19%
Exterior - Plano de Benefícios	22,42%
Benchmark ² : 100,00% (INPC + 6%a.a.)	8,19%
Consolidado - Plano de Benefícios	12,29%
Benchmark ² : 32,00% (INPC+6%aa) + 50,50% (SELIC)+ 9,50% (IMA-B) + 3,00% (IRFM) + 5,00% (IBX)	11,08%
Meta Atuarial: 100% (INPC + 4%a.a.)	6,15%

1 - Esta rentabilidade não reflete a remuneração dos recursos dos participantes, por ser bruta. Possui como objetivo avaliar os investimentos da Entidade

2 - Termo usado para definir o índice que serve como parâmetro para comparação dos investimentos.

TABELA COMPARATIVA DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO VERSUS POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E LEGISLAÇÃO VIGENTE¹

(em milhares de reais)

Segmentos	Alocação Atual	Política de Investimentos		Resolução 3792 (Legislação)
		Mínimo	Máximo	
Renda Fixa	90,33%	70,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	4,84%	0,00%	20,00%	70,00%
Estruturados	2,87%	0,00%	5,00%	20,00%
Exterior	1,96%	0,00%	5,00%	10,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

1. O Plano de Gestão Administrativa deve alocar a totalidade dos recursos no segmento de renda fixa, cf. determinado pela Política de Investimentos.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

?

	2017	2016	Varição
Despesas administrativas	1097	876	25,23%
Administração previdencial	737	548	34,49%
Pessoal e Encargos	225	136	65,44%
Treinamentos/congressos e seminários	9	9	-
Viagens e estadias	-	2	-100%
Serviços de terceiros	381	314	21,34%
Despesas gerais	48	31	54,84%
Tributos	74	56	32,14%
Administração dos investimentos	360	328	9,76%
Serviços de terceiros	359	328	9,45%
Despesas gerais	1	-	-

CUSTOS RELACIONADOS A GESTÃO DOS RECURSOS

(em reais)

TIPO	ACUMULADO 2017
Tx de Adm (carteira)	275.133
Tx de Adm inflação	21.247
Consultoria	61.845
cetip	43.225
Selic	963
TOTAL	402.413

RECURSOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

(em milhares de reais)

Gestor de Recursos	Valor Total	%	Plano	PGA
Western	122.192	100,00%	121.453	739
Total ¹	122.192	100,00%	121.453	739

1. Este total não contempla os valores a pagar e receber e em caixa.

MODALIDADE DE APLICAÇÃO

(em milhares de reais)

	Entidade	Plano	PGA
Renda Fixa	111.043	110.304	739
Carteira	22.955	22.955	-
Fundos de Investimentos	88.063	87.324	739
Valores a Pagar/Receber	3	3	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	22	22	-
Estruturados	3.527	3.527	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	3.527	3.527	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Exterior	2.408	2.408	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	2.408	2.408	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Caixa (Administrado + Própria)	-	-	-
Renda Variável	5.953	5.953	-
Carteira	-	-	-
Fundos de Investimentos	5.953	5.953	-
Valores a Pagar/Receber	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-
Total do Patrimônio da Entidade	122.931	122.192	739

Informamos que, em 2017, os resultados apurados nos investimentos dos ativos da ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, estão em consonância com a Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho da Entidade e divulgada aos participantes. A alocação dos ativos entre os segmentos respeita os limites de aplicação previstos na Resolução CMN nº 3792, de 24/09/2009 e posteriores alterações.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS II

Informações da Entidade

Código: 878

Sigla: RECKITTPREV

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 1999003918 - PLANO DE BENEFÍCIOS II

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
42,30	PLANO	100,00	SELIC	0,00
9,10	PLANO	100,00	IMA-B	0,00
9,10	PLANO	100,00	IRF-M	0,00
7,50	PLANO	100,00	IBrX	0,00
32,00	PLANO	100,00	INPC	6,00
49,00	RENDA FIXA	100,00	SELIC	0,00
10,50	RENDA FIXA	100,00	IMA-B	0,00
10,50	RENDA FIXA	100,00	IRF-M	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	INPC	6,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
100,00	INVESTIMENTOS	100,00	INPC	6,00
100,00	INVESTIMENTOS NO	100,00	INPC	6,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: null

Data: 28/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANTONIO DOMINGUES	815.239.558-72	DIRETOR

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação: O APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS É REALIZADO POR INSTITUIÇÕES TERCEIRIZADAS. FOI DESENVOLVIDO ESTUDO DE CASH FLOW MATCHING PARA A PARCELÁ DA RENDA VITALÍCIA DO PLANO.

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	80,00	100,00	86,50
RENDA VARIÁVEL	0,00	10,00	7,50
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	3,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	5,00	2,50
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Não			

Observação: TODAS AS OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS DEVEM OBSERVAR O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL SERÃO OBSERVADOS, SEMPRE QUE POSSÍVEL.

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

RELATÓRIO ANUAL 2017

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	14,97	6,23	9,02	
RENDA FIXA	15,53	6,09	8,58	
RENDA VARIÁVEL	36,33	5,01	14,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	14,59	4,33	9,10	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-10,88	12,99	9,10	
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação: A ENTIDADE APURA A RENTABILIDADE ATRAVÉS DA VARIAÇÃO DA COTA DE SEUS INVESTIMENTOS.

Observações

--

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Informações da Entidade

Código: 878

Sigla: RECKITTPREV

Exercício: 2018

Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	PLANO	100,00	SELIC	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	SELIC	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: null

Data: 28/12/2017

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	PLANO	MARCOS ANTONIO DOMINGUES	815.239.558-72	DIRETOR

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: O APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS É REALIZADO POR INSTITUIÇÕES TERCEIRIZADAS.

Alocação dos Recursos

RELATÓRIO ANUAL 2017

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	100,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Não			

Observação: TODAS AS OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS DEVEM OBEDECER O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. OS PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL SERÃO OBSERVADOS, SEMPRE QUE POSSÍVEL.

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2016	1º Sem 2017	2018	Não Aplica
PLANO	14,63	5,68	7,00	
RENDA FIXA	14,63	5,68	7,00	
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação: A ENTIDADE APURA A RENTABILIDADE ATRAVÉS DA VARIAÇÃO DA COTA DE SEUS INVESTIMENTOS.

Observações

--

ALTERAÇÃO NO REGULAMENTO

Não houve alteração no Regulamento.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de sua Patrocinadora, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como Patrocinadora a Reckitt Benckiser Ltda. O funcionamento da Entidade foi autorizado pela Portaria nº 3.979, do Ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), atual Ministro da Previdência Social – MPS, de 08/04/1987, por prazo indeterminado.

A finalidade da Entidade é instituir e administrar planos privados de concessão de benefícios de natureza previdenciária aos funcionários, diretores e beneficiários da Patrocinadora, nos termos do Regulamento Básico e Regulamentos Complementares da Entidade.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm, portanto, de contribuições da patrocinadora, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

A ReckittPrev possui apenas um plano de benefícios ativo na modalidade contribuição variável, denominado Plano de Benefícios II.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observe as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis à Entidade são Previdencial e Administrativa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Investimentos – Ativo

(c.1) Títulos de renda fixa e renda variável

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do período.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, e CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da Administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento** - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

No ativo realizável - Investimento, estão incluídas todas as aplicações de recursos da Entidade. As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- **Renda Fixa:** Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- **Renda Variável:** Quotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço. As Rendidas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio do Banco Citibank S.A., encarregado pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui investimentos sem cotação no mercado ativo e/ou constantes de laudo de avaliação econômica que justifiquem a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

(d) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

(e) Patrimônio Social

(e.1) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade, e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

As provisões relativas a benefícios a conceder, em sua maioria, representam o montante dos saldos de contas individuais dos participantes na data do balanço.

(e.2) Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando as disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

(e.3) Fundos

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor da conta de Patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e pelo valor resultante da Reserva Especial para Revisão do Plano.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pela Patrocinadora, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos planos.

(f) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano a Entidade utiliza o seguinte critério:

- **Receitas:** Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- **Despesas Específicas:** Alocadas diretamente ao plano que as originou; e
- **Despesas Comuns:** Utilização de critério de rateio que leva em consideração o total do patrimônio para a apuração do percentual de participação de cada plano nas despesas administrativas comuns.

4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista, reconhecidos por seus valores em moeda nacional, nas seguintes instituições financeiras:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imediato		
Banco Santander S.A.	19	281
Western	2	2
Total do Disponível	<u><u>21</u></u>	<u><u>283</u></u>

5. REALIZÁVEL

5.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadora	236	205
Contribuição do mês – Participantes	206	189
Total da Gestão Previdencial	<u><u>442</u></u>	<u><u>394</u></u>

(*) Outras exigibilidades referem-se às transferências entre RMV e RM, valor a pagar no passivo.

5.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber		
Contribuição para custeio – Patrocinadora	65	59
Tributos a compensar	1	-
Total da Gestão Administrativa	<u><u>66</u></u>	<u><u>59</u></u>

5.3 INVESTIMENTOS

(a) Composição da carteira:

A carteira está representada por fundos de investimentos em renda fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL E DE MERCADO	
	2017	2016
TÍTULOS PRIVADOS	99.951	86.879
RENDA FIXA	91.590	80.576
Quotas de fundos de investimento	57.495	51.210
Citi – INFL_II_21	662	3.244
Citi – Inflation Tot38	9.923	8.605
Citi – SOVE IV 9	16.583	19.759
Citi – P_INFL_LTD15	822	798
Citi – P_INFL_PLU11	1.151	1.315
Citi – 095 FI RF_11	301	343
Citi – WA_PREVFIX24	12.174	3.488
Citi – SOVE_IV_33	7.632	7.277
Citi – Prev. Struc 10	3.452	3.002
Citi – 101 FI RF 05	195	171
Citi – 107 FI RF 03	134	83
Citi – Long Short 26	2.227	2.049
Citi – Macro Fim 05	1.300	1.076
Citi – 111 FI RF 05	127	1.076
Citi – 112 FI RF 05	266	1.076
Citi – 113 FI RF 04	211	1.076
Citi – 115 FI RF 01	336	1.076
Fundos Aplic. em quotas de fundo de investimento	34.094	29.366
Citi – Prev. Credit 29	27.057	26.956
Citi – Inflation Imp. 10	961	878
Citi – Prev Fix FI19	6.076	1.532
AÇÕES	8.361	6.303
Citi – IBRX_ACOES16	5.953	4.684
Citi – WA_BDR_NI_08	2.408	1.619
TÍTULOS PÚBLICOS	22.955	23.629
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	22.955	23.629
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	122.906	110.508

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a maior parte de sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício. As NTN foram classificadas, em sua maioria, como títulos para serem mantidos até o vencimento.

As aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade. As NTN possuem vencimentos que variam de 05/2017 a 08/2045.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1 Gestão previdencial

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Benefícios a pagar	-	240
Retenções a recolher	109	45
Outras exigibilidades (*)	20	13
Total de Gestão Previdencial	<u>129</u>	<u>298</u>

(*) Outras exigibilidades referem-se às transferências entre RMV e RM, valor a receber no ativo.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a pagar		
Serviços de terceiros	28	53
Retenções a recolher	6	-
Tributos a recolher	5	3
Total de Gestão Administrativa	<u>39</u>	<u>56</u>

6.3 INVESTIMENTOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Relacionado com o disponível	3	4
Total de Investimentos	<u>3</u>	<u>4</u>

7. PATRIMÔNIO SOCIAL

7.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pelo atuário contratado pela ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Houve redução na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2016, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

A redução nas provisões matemáticas na avaliação atuarial de 2017 se deve às saídas ocorridas durante o ano relativas a participantes elegíveis, a garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte e a ganhos decorrentes do crescimento salarial abaixo do esperado.

7.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apesar da perda decorrente da redução da taxa real de juros, a situação superavitária do Plano foi mantida em patamar superior ao resultado obtido em 2017, devido à redução nas provisões matemáticas, conforme explicado anteriormente, e principalmente em função da rentabilidade de 12,96% ter sido superior à meta atuarial de 7,73%.

O superávit apresentado em 31/12/2017 foi apurado a partir da manutenção daquele contabilizado no encerramento do exercício de 2016, originado, principalmente, em função de ganhos atuariais e da rentabilidade histórica do Plano (origem conjuntural).

A Reserva de Contingência foi constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, que determina que o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

A duração do passivo considerado nessa fórmula foi de 8,26 anos (7,98 anos em 2016) e foi apurado na avaliação atuarial de 31/12/2017.

O excesso de superávit sobre a Reserva de Contingência foi destinado à constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

O Plano de Benefícios II mantém em seu ativo líquido títulos mantidos até o vencimento, que foram objeto de estudos pela ReckittPrev – Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária relativos à sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano. Informamos, ainda, que o ajuste de precificação referido na Instrução Previc nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, relativamente aos resultados referentes ao exercício de 2017, é de R\$ 1.117 (ajuste positivo).

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado foi a seguinte:

Tipo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	VLR CONTÁBIL 31/12/2017	VLR AJUSTADO 31/12/2017	AJUSTE
NTN-B	6,445696	15/05/2050	37,00	107	143	36
NTN-B	6,445696	15/05/2050	38,00	110	147	37
NTN-B	6,376045	15/05/2022	390,00	1178	1265	87
NTN-B	6,376045	15/05/2022	307,00	927	996	69
NTN-B	6,376045	15/05/2022	151,00	456	490	34
NTN-B	6,277393	15/05/2020	285,00	867	901	34
NTN-B	6,277393	15/05/2020	79,00	240	250	10
NTN-B	6,277393	15/05/2020	211,00	642	668	26
NTN-B	6,365408	15/05/2024	2.522,00	7583	8367	784
Total						1.117

7.3 FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é composto pelas parcelas de contribuições da patrocinadora que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Esta parte do Fundo tem a finalidade de assegurar a manutenção dos pagamentos dos benefícios previstos no Plano e minimizar os impactos de possíveis oscilações de caráter financeiro ou atuarial, podendo ser utilizado para compensação de contribuições futuras da Patrocinadora, observada a legislação aplicável, desde que prevista no plano de custeio anual, baseado em parecer atuarial, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Os valores alocados nos Fundos Previdenciais para Revisão do Plano, constituídos com os recursos provenientes das destinações de Reserva Especial para Revisão do Plano no exercício de 2015, poderão ser utilizados no exercício de 2018, sem que haja impacto ao equilíbrio do Plano, observando-se nas próximas avaliações atuariais, o nível mínimo da Reserva de Contingência, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008 e suas alterações posteriores.

O Fundo Administrativo corresponde à diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescida do retorno dos investimentos.



8. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	31.12.2016	Constituição no exercício	31.12.2017
Provisões matemáticas			
Benefícios Concedidos	31.314	1.416	32.730
Benefícios a conceder	63.124	10.932	74.056
Total de provisões matemáticas	94.438	12.348	106.786
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	5.011	120	5.131
Reserva Especial para Rev. do Plano	5.919	847	6.766
Total do Equilíbrio Técnico	10.930	967	11.897
Fundos			
Previdencial	4.937	(1.122)	3.815
Administrativo	581	186	767
Total de Fundos	5.518	(936)	4.582

8.1 HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração do Patrimônio Social foram:

Taxa real anual de juros (1)	4,43% a.a. 2017 (5,55% a.a. – 2016)
Projeção de crescimento real de salário (1)	3% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Baseada na idade do participante: (2 / idade do participante) – 0,04 x 400%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%, segregada por gênero
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944
Outras hipóteses biométricas utilizadas	O participante tem 100% de probabilidade de optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido no desligamento

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

O Plano foi constituído na modalidade Contribuição Variável, sendo que os compromissos estruturados sob a forma de Benefício Definido referem-se às garantias para os benefícios de Invalidez e Pensão por Morte de Participante Ativo inscrito no Plano até 31/08/2005 e rendas vitalícias já concedidas, os quais se encontram integralizados. Esta restrição para a concessão dos Benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido implica na redução gradativa da parcela do Patrimônio para Cobertura do Plano exposta a riscos (cerca de 46% em 31/12/2017).

Todas as hipóteses atuariais adotadas afetam os valores das provisões matemáticas, sendo que os principais riscos se concentram na taxa real de desconto, no crescimento salarial, na mortalidade geral, entrada em invalidez e na rotatividade.

De acordo com o previsto nos itens 1.2 e 1.3 do Anexo à Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28/03/2006, as justificativas para adoção das hipóteses atuariais aplicáveis ao Plano de Benefícios II encontram-se arquivadas na Entidade à disposição dos Participantes, dos Assistidos, da Patrocinadora e da PREVIC.

Adicionalmente, ressalta-se que a adequação da taxa real de juros foi objeto de estudo técnico específico elaborado pela Mercer, empresa contratada pela Entidade para elaboração de estudos de ALM, de forma a identificar, a partir da projeção dos ativos e do fluxo de caixa do passivo atuarial do Plano de Benefícios, a taxa de retorno da carteira. Os resultados do estudo apontaram a taxa máxima de 4,43% (5,55% em 2016).

Conforme Portaria nº 375 de 17/04/2017, o intervalo permitido considerando a duração do passivo do Plano em 31/12/2016 de 8,00 anos é de 4,39% a.a. a 6,67% a.a.. Com base nos resultados dos estudos supracitados, a Diretoria Executiva propôs e o Conselho Deliberativo aprovou a alteração da taxa real anual de juros de 5,55% a.a. para 4,43% a.a. Destacamos que a taxa real anual de juros de 4,43% atende ao disposto na legislação vigente para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2017.

A alteração da taxa de juros de 5,55% a.a. para 4,43% a.a. resultou em um aumento na ordem de 10,3% (ou aproximadamente R\$ 2,6 milhões, em termos nominais) nas provisões matemáticas totais de benefício definido do Plano.

Excetuada a alteração na taxa real anual de juros, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

9. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e o fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. IMPOSTO DE RENDA, PIS E COFINS

a) Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

b) PIS e COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e a Cofins (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade, sobre as receitas administrativas.

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento à Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017:

Código	Conta	Valor
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	767
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	767



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA

02/2018

Aos 26 dias do mês março do ano de 2018, às 09,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se a Diretoria Executiva da RECKITT BENCKISER - Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Diretor Superintendente, Sr. Carlos José dos Santos, que indicou a mim, Rosa Herminia Storoli dos Santos para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios (CNPB nº19.990.039-18)administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2017 e plano de custeio para o exercício de 2018, para posterior apresentação ao Conselho Deliberativo da Entidade; b) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios – DPGA (consolidado) e respectivas Notas Explicativas, para posterior apresentação aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade; e c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2017 e o plano de custeio para o exercício de 2018, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda, após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprovação daquele colegiado. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter à apreciação dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse

ReckittPrev - Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária

uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme assinada.

São Paulo, 26 de março de 2018

Carlos José dos Santos
Diretor Superintendente

Rodrigo Iwanicki
Diretor

Rosa Hermínia Storoli dos Santos
Diretora

Marcos Antonio Domingues
Diretor



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos 28 dias do mês março do ano de 2018, às 09,00 horas, na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Fiscal da ReckittPrev Reckitt Benckiser Sociedade Previdenciária - Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente deste Conselho Fiscal, Sr. Luiz Fernando Barreto Conceição que indicou a mim, Marcelo de Souza Cardoso para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31/12/2017, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme parecer que delas faz parte integrante. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme assinada.

São Paulo, 28 de março de 2018

Luiz Fernando Barreto Conceição
Presidente

Ricardo Caporali Campos
Conselheiro

Leandro de Andrade Couto
Conselheiro

Marcelo de Souza Cardoso
Conselheiro Suplente e Secretário de Mesa

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos 28 dias do mês de março 2018, às 17,00 horas na sede da Entidade, reuniu-se o Conselho Deliberativo da RECKITT BENCKISER - Sociedade Previdenciária. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, Sr. Ronei Gomes, que indicou a mim, Rosa Herminia Storoli dos Santos, para secretariá-los. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: **a) Resultados** obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, CNPB nº. 19.990.039-18, administrado pela Entidade, em 31 de dezembro de 2017, e plano de custeio para o exercício de 2018; **b) Demonstrações Contábeis**, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, , Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios DPGA – (consolidado) e respectivas Notas Explicativas; e **c)** outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu   apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros os principais resultados obtidos na avaliação atuarial do Plano de Benefícios, em 31 de dezembro de 2017, e o plano de custeio para o exercício de 2016, constantes do Parecer Atuarial, elaborado pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., aprovados pela Diretoria Executiva da Entidade, em Reunião Ordinária, datada de 26 de març o de 2018, e ora apresentados a este colegiado. Após tomar conhecimento do conteúdo da documentação, o Conselho aprovou o seu inteiro teor, inclusive no que se refere ao plano de custeio previsto para o exercício de 2018. Adicionalmente, foi aprovada a

utilização dos recursos registrados em Fundo de Reversão para cobertura das contribuições da Patrocinadora. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conselheiros, os documentos citados no item "b" da Ordem do Dia, apresentados pela Diretoria-Executiva, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como examinadas pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária realizada em 28 de março de 2018, as 09,00 horas. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas e, em decorrência, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supramencionados nos itens "a" e "b" da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando para o item "c" da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada,

São Paulo, 28 de março de 2018

Priscila Onha Cruz
Conselho Deliberativo

Ronei Gomes
Presidente

Ricardo Mueller
Conselho Deliberativo

Rosa Hermínia Storoli dos Santos
Secretária



ReckittPrev - Reckitt Benckiser - Sociedade Previdenciária

Rodovia Raposo Tavares, 8015 - km 18 - São Paulo - SP
www.reckittprev.com.br

Consultoria de Comunicação e Editorial:

Arte da Criação (11) 3567-2011 | www.artedacriacao.com